

DISCIPLINA: GEOGRAFIA E ATUALIDADE

PROFESSOR: ZECA TAVARES

Principais impactos do envelhecimento da população são redução do grupo em idade de trabalhar, aumento salarial, maior automação e previdência...

A projeção populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a população brasileira deve chegar ao seu pico em 2041. Dali em diante, a tendência é que ela decresça. Esse ponto de inflexão no crescimento populacional deve chegar seis anos mais cedo ao país em comparação com a previsão anterior do instituto. Feito em 2018, o último levantamento previa a queda da população a partir de 2047.

O analista socioeconômico do IBGE, Jefferson Nascimento, explica que a pesquisa é feita considerando os intervalos entre a divulgação do censo demográfico. “Com a inclusão do Censo 2022, a gente percebeu que a população envelheceu muito mais rápido”, aponta o analista. O último censo realizado pelo IBGE apontou que o número de idosos aumentou em 57,4%. O total de pessoas com 65 anos ou mais saltou de 14 milhões em 2010 para 22,1 milhões em 2022.

E essa questão de queda na fecundidade e envelhecimento da população sempre vem acompanhada dos impactos que isso pode gerar para a economia de um país.

Fato é que as pessoas estão tendo menos filhos no Brasil, e cada vez mais tarde, conforme os dados publicados pelo instituto. Especialistas ouvidos pela CNN destacam duas questões: o mercado de trabalho e a aposentadoria.

Mercado de trabalho

“O principal impacto na economia é a diminuição da população na força de trabalho. Com essa diminuição, a capacidade da economia de alocar pessoas em alguns setores é afetada. Vai acabar faltando pessoas jovens para algumas áreas, então há um aspecto de mudança do perfil da população ocupada”, aponta Nascimento. A lógica por trás disso é simples, uma vez que nascem menos pessoas, o contingente da população em idade de trabalhar dessa geração será menor. Mas apesar de isso já ser uma realidade e um problema palpável em muitos países, o analista do IBGE aponta que ainda não é momento de alarde no Brasil.

Nascimento explica há dois elementos: ao mesmo tempo em que vive um processo das economias desenvolvidas, que é o envelhecimento populacional, o país ainda tem uma marca forte das economias em desenvolvimento: população ainda predominantemente jovem e um desemprego estrutural. Desse modo, ele indica que o impacto desse movimento não deve ser sentido no curto e médio prazo, podendo ser observado mais próximo do ponto de inflexão. “Por outro lado, pensando na demanda de trabalho, a gente acaba tendo oportunidades para a população jovem, em função da escassez. O Brasil, portanto, ainda não estaria nesse contexto [de crise]”, explica.

Kaizô Beltrão, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ebape) e especialista na área de população e políticas públicas, indica que a partir do momento em que nascem menos crianças, o impacto na força de trabalho viria de 20 a 30 anos depois, uma vez que é quando chegariam a idade apta a trabalhar.

“Alguns países fazem ou tentam fazer programas para reverter a queda da fecundidade. Mas a tecnologia também pode melhorar [o cenário] caso essa mão de obra extra não seja tão necessária para determinado setor”, aponta Beltrão. Entre os setores que devem ser os mais afetados, estão varejo, habitações e serviços, uma vez que envolvem menos tecnologia. “Quanto menos tecnologia, mais a redução de pessoal na produção pode impactar, de modo a reduzir a oferta desses serviços e também a demanda pelo consumo desses serviços quando a gente tem menos população”, comenta Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos. Entre os setores que devem ser os mais afetados, estão varejo, habitações e serviços, uma vez que envolvem menos tecnologia. “Quanto menos tecnologia, mais a redução de pessoal na produção pode impactar, de modo a reduzir a oferta desses serviços e também

a demanda pelo consumo desses serviços quando a gente tem menos população”, comenta Davi Lelis, sócio da Valor Investimentos. E apesar de indicar isso como um potencial problema para o país, uma vez que o Brasil não é uma grande vanguarda tecnológica, Lelis aponta para uma forte adaptabilidade do país a mudanças de cenário.

“O Brasil tem que desenvolver mais tecnologia para conseguir suprir essa queda de pessoal, tanto na oferta quanto na demanda, e equilibrar os pratos quando nós tivermos uma população em estagnação ou em declínio”, avalia o sócio da Valor Investimentos. Além da tecnologia com o declínio da população, Nascimento indica a necessidade de o mercado na totalidade ser revisto.

“A estrutura econômica vai ter que absorver essa população mais velha. Provavelmente, nos próximos anos, o mercado de trabalho vai ter que se reconfigurar para abraçar essas pessoas mais velhas”, conclui o analista do IBGE.

O que muda

Além de uma maior automação, Roberto Nascimento, economista e professor do IBMEC RJ, aponta para um potencial aumento salarial no mercado. “Com menos pessoas disponíveis para trabalhar, a tendência é que o mercado se torne mais competitivo. Com menos pessoas, mais competição. E os empregadores, as empresas, vão ter que aumentar os salários, vão ter que aumentar os benefícios para poder atrair e reter talentos dentro da sua empresa”, aponta o economista.

“Por outro lado, é importante a gente frisar que a escassez de mão de obra pode levar também a uma desaceleração da produção e um aumento de custo de produção para as empresas”, conclui.

Previdência

Contudo, para Roberto Nascimento, a projeção preocupa por conta da redução do consumo de determinadas categorias e, principalmente, por conta de questões previdenciárias.

“Com a redução da população economicamente ativa, temos menor contribuição para o INSS. E, no fim, caberá aos cofres públicos arcarem com um buraco ainda maior”, avalia o professor do IBMEC. “Esse envelhecimento impacta diretamente a população que, ou terá que arcar com uma carga tributária maior para lidar com esse custo, ou terá que lidar com uma nova reforma da previdência, com uma aposentadoria cada vez mais enxuta e com menos direitos.”

O economista aponta que já se fala em uma nova crise previdenciária e possibilidade de novas reformas, tendo em vista a questão de indexação de valores ao salário mínimo, o que alguns argumentam que levaria a insustentabilidade do sistema. De um modo ou de outro, Gean Duarte, especialista em finanças da Me Poupe!, aponta que é momento de o brasileiro começar a pensar em caminhos alternativos de se sustentar na aposentadoria.

“Cada vez mais a gente sabe que não dá para depender exclusivamente da renda da previdência pública, do INSS. Como economista e educador financeiro, minha dica é que as pessoas comecem a se preparar hoje para o futuro para ter dignidade quando decidirem ou precisarem parar de trabalhar e se aposentar”, conclui.

Por João Nakamura